

Econ. Brasil O legado de Marcílio

Não é porque o governo Collor chega ao fim de maneira tão lamentável que seus méritos devem ser ignorados. Neste momento em que ressurge, com força, no cenário político a figura do senador José Sarney, convém lembrar que a primeira grande tarefa desse governo foi a de enfrentar a hiperinflação que herdara de Sarney. E a tarefa foi cumprida com êxito, ainda que a um custo elevado para todos.

O quadro econômico que o governo Collor deixa está longe de corresponder às expectativas despertadas por seu discurso de posse. A inflação dos últimos 12 meses supera 1.000% e o índice mensal está em torno de 25%. Nos dois anos e meio do governo Collor a produção brasileira diminuiu 3,2% e o desemprego atingiu 1,2 milhão de trabalhadores só na Grande São Paulo. O salário mínimo e o salário dos técnicos especializados perderam um quarto de seu valor nos últimos dois anos e meio.

É preciso ressaltar, porém, que desde a posse de Marcílio Marques Moreira no Ministério da Economia o governo foi abrindo mão de praticamente todos os controles que exercia sobre os preços. A economia passou a funcionar livremente. Nem por isso houve explosão inflacionária. Isso porque, com Collor na Presidência, pela primeira vez o governo federal resolveu controlar com severidade as despesas públicas, procurando, dentro dos limites legais, condicioná-las à existência de receita correspondente.

Nos 17 meses em que Marcílio ocupou o Ministério da Economia esse princípio foi respeitado com extremo rigor, pois o ministro, que hoje encerra sua missão, e seus auxiliares entendem que sem uma política fiscal severa não é possível executar uma política de estrito controle do fluxo da moeda na economia, visto que um governo deficitário será sempre uma fonte de emissão monetária. Marcílio e sua equipe utilizaram até o limite os instrumentos que tinham à mão. Se, ao final de sua gestão, não deixam resultados mais brilhantes, é porque lhes faltaram instrumentos mais eficazes, que dependem de aprovação do Congresso, e porque os Estados e os municípios não cumpriram sua parte, nem mesmo aquela que haviam acertado

com o governo federal, como no caso da rolagem de suas dívidas mobiliárias.

Ao contrário dos choques heterodoxos baseados no congelamento de preços e salários, que produzem alívio imediato mas criam as condições para que a inflação volte em pouco tempo, com ímpeto reforçado, a política seguida por Marcílio produz consequências dolorosas, na forma da redução da atividade econômica, e por isso recebeu críticas de políticos, governadores, empresários e sindicalistas, especialmente no que se refere à manutenção de juros elevados.

É certo que o novo governo mudará essa política, embora ninguém saiba como pretende evitar uma explosão inflacionária sem recorrer a expedientes heterodoxos.

A política de modernização da economia, no entanto, não deve ser modificada. Dos méritos do governo Collor, de que falamos no início, o maior foi o de ter convencido a maioria da sociedade brasileira de que é preciso modernizar o aparelho produtivo e reformar o Estado brasileiro, se quisermos reduzir a distância que nos separa do Primeiro Mundo. Até mesmo no Congresso Nacional, onde ainda sobrevivem bastiões do estatismo e do nacionalismo mais retrógrado, a privatização já é aceita por ampla maioria, como mostra pesquisa do Ibope divulgada na semana passada. Esse programa não pode ser alterado, sob pena de se atrasar ainda mais o ajuste da economia brasileira. No entanto, se Itamar Franco determinar a revisão do programa de privatização, para que o governo receba uma parcela maior em cruzeiros pela venda de suas empresas, estará tornando inviável na prática a venda de estatais. Ninguém dispõe hoje, no Brasil, de cruzeiros em quantidade suficiente para comprar essas empresas. A prova disso é que, do resultado de US\$ 3,4 bilhões das privatizações efetuadas até agora, apenas 2,5% resultam de pagamentos em cruzeiros e em títulos da dívida externa.

Para que não coloque a política econômica no rumo errado, espera-se que Itamar, ao formar sua equipe, evite homens claramente vinculados a interesses partidários e procure técnicos tão capazes e resistentes às injunções políticas como Marcílio foi no governo Collor.